



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A implantação das salas de recursos multifuncionais em
consonância com as políticas públicas de educação inclusiva**

Ana Luisa Gontijo

Belo Horizonte

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A IMPLANTAÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
EM CONSONÂNCIA COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO
INCLUSIVA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do (a) Professor (a) Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Belo Horizonte

2013

ANA LUISA GONTIJO

**A IMPLANTAÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
EM CONSONÂNCIA COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO
INCLUSIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ____ de novembro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof. Anderson Ribeiro – Orientador

Cursista - Ana Luisa Gontijo

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que é a razão da minha existência. E a estes seres humanos especiais que a cada troca de olhar, a cada sorriso, tocam nosso íntimo despertando a nossa sensibilidade enquanto educadores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar coragem e força a cada dia para enfrentar os novos desafios . E a todos que de alguma forma contribuíram para a efetivação desse trabalho. Em especial a minha amiga Diva Athouguia que mesmo em recuperação de uma cirurgia se prontificou a colaborar com seus depoimentos e conhecimentos que enriquecem esta análise.

EPÍGRAFE

*" Se não respeitas as diferenças,
jamais descobrirás as semelhanças."
(Verônica Clow)*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a implantação da sala de Recurso Multifuncional - AEE na Escola “Municipal Despertar do Saber”, a partir do ano de 2009, bem como sua importância no contexto escolar. Na expectativa de mostrar a sua funcionalidade e contribuição para o desenvolvimento do aluno deficiente e a sua inclusão na escola regular. Considera relevante a formação do professor que atua nesta sala e a adesão da secretaria de Educação, da Escola e todos envolvidos no processo educacional. Aborda as Funções e a atuação do professor de AEE – na sala de recursos multifuncionais: sua interface com os professores da escola regular, com as famílias, considerando que o desenvolvimento do aluno em seus processos de aprendizagem acontece no interior da sala de recurso multifuncional e fora dela. Torna-se imprescindível desenvolver ações específicas tendo como foco a evolução do aluno e transformações dos sujeitos que atuam com esse aluno.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Formação Professores; Ensino/Aprendizagem; Inclusão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. A IMPLANTAÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM CONSONÂNCIA COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA	10
2. A IMPORTÂNCIA DO PPP NA CONSOLIDAÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	16
3. RELATO DE EXPERIÊNCIA – TRANSCRIÇÃO DA ATA	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	
ANEXO	

INTRODUÇÃO

A análise deste trabalho está focada na Educação Especial, mais especificamente na implantação e funcionalidade das Salas de Recursos Multifuncionais SRM, onde acontece o Atendimento Educacional Especializado - AEE na Escola Municipal Despertar do Saber, localizada na cidade de Divinópolis, Minas Gerais. Considerando que atualmente a inclusão escolar é um assunto latente, que consta nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas do município e que muitos profissionais não se consideram preparados para este novo desafio, o apoio das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), vem contribuir com este processo.

O atendimento ao aluno visando potencializar sua aprendizagem, o envolvimento das famílias e das comunidades escolares, a orientação aos professores do ensino regular, bem como a formação de professores são objetivos das políticas públicas de inclusão. Neste sentido o PPP da escola Despertar do Saber prevê a organização e a dinâmica do atendimento educacional especializado na SRM. Fazendo parte dessa organização a forma de avaliação para enturmação dos alunos, o horário de atendimento, a formação de professores, os recursos didáticos e o calendário.

Assim sendo, este trabalho, faz uma análise e descreve a implantação e funcionamento das SRM, conforme estabelece a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva bem como a inserção dos alunos, publico alvo da educação especial na escola regular. A inserção da pessoa com deficiência na sociedade, especialmente no âmbito educacional, tem se dado lentamente, apesar desse direito ser assegurado na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do MEC, estabelecida através do Decreto 6571 de 2008 revogado em 2011 pelo decreto 7611 vem legitimar e consolidar a educação da pessoa deficiente no ensino regular, efetivando o Atendimento Educacional Especializado - AEE nas Salas de Recurso Multifuncionais - SRM. Neste contexto, a deficiência do (a) aluno (a) deixa

de ser o foco, dando lugar às suas potencialidades. A SRM da Escola Municipal “Despertar do Saber” integra a Gestão Democrática na perspectiva de que a democracia se efetiva à partir das mudanças internas que se alinham aos propósitos da Inclusão. Tais mudanças advêm de decisões conjuntas envolvendo a participação de toda a comunidade escolar. As estratégias e recursos didáticos devem ser acessíveis e responderem às especificidades dos educandos que constituem o público alvo, garantindo o direito à educação. No cotidiano escolar a democracia é constituída pelos professores partindo da prática pedagógica, do reconhecimento de que o aluno aprende segundo as suas capacidades e de que deve propiciar a todos o desenvolvimento de suas habilidades, indistintamente. Por isso, considera-se imprescindível a formação dos professores que atuam nas SRM e desempenham um papel importante no sentido de ajudar a eliminar as barreiras que impedem o desenvolvimento do(a) aluno(a).

1. A IMPLANTAÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM CONSONÂNCIA COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças. (ROPOLI, 2010 p.8)

Nesta perspectiva, foram criadas as salas de recursos multifuncionais SRM, espaços onde funciona o Atendimento Educacional Especializado – AEE, implantadas em Divinópolis – MG. A partir de 2009, através da Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis (SEMED), que aderiu ao Plano de Metas "Compromisso Todos pela Educação",

Art. 1º - O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Compromisso) é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria qualidade da educação básica. (BRASIL.Decreto nº 6.094, 2007)

Informando a demanda de alunos com deficiência através do Censo Escolar e por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR.

Art - 9º - O PAR é o conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo Ministério da Educação, que visa o cumprimento das metas do Compromisso e a observância das suas diretrizes." (BRASIL.Decreto nº 6.094, 2007)

No município, cinco escolas foram contempladas, entre elas, a " Escola Municipal Despertar do Saber. Como exigência do Programa Escola Acessível, as escolas contempladas tiveram que elaborar o Plano de Atendimento, por meio do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação

(SIMEC), que foi analisado e aprovado pela comissão responsável pelo acompanhamento desse programa, membros da SEMED e do Conselho Municipal de Educação (COMED) e finalmente pelo MEC/SEE. Após aprovação, cada Secretaria consolidou seu Plano de Atendimento Global que teve que ser impresso e encaminhado pela autoridade competente ao MEC/SEESP, para fins de repasse dos recursos financeiros pelo FNDE.

A princípio, as escolas que receberam as SRM, foram consideradas como pólo, atendendo aos alunos com deficiência e dificuldades de aprendizagem da própria escola e de escolas de seus entorno. Os alunos eram enturmados em duplas, trios, ou atendidos individualmente conforme as necessidades de cada um. O atendimento em nossa escola é oferecido no turno inverso à sua escolaridade de acordo com as diretrizes do art. 5º que diz:

O AEE é realizado, prioritamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.(CNE/CEB Resolução nº 4/2009)

Para propiciar um atendimento de qualidade aos alunos da educação especial, os gestores das escolas contempladas com as SRM, escolheram uma professora, observando o perfil que adequasse a este público. A formação inicial dessa professora, se deu através de um curso em nível de pós-graduação em Educação Especial pela Universidade Federal do Ceará, na modalidade a distancia - EAD, no período de 02/2010 a 10/2011. O curso teve como objetivo principal o aperfeiçoamento para o atendimento educacional especializado por meio do Programa Educação Inclusiva Direito à Diversidade, com ênfase nas áreas de deficiência física, sensorial e mental.

Preparar um profissional para atender a alunos com deficiência considerando suas especificidades, demanda uma formação continuada, assim sendo, foi garantido as

professoras do AEE uma carga horária diária, um tempo de estudo de 1h30min, dentro do seu horário de trabalho. Além de encontros semanais para planejamento coletivo junto à supervisão da SEMED. Nestes encontros, a equipe avalia, planeja e participa de formação, que consiste um momento de trocas de experiências significativas.

Os recursos do Programa Escola Acessível foram repassado através do Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE destinados à adequação dos espaços físicos para a instalação e funcionamento das SEM, incluindo os demais espaços da escola para a acessibilidade.

Art. 1º As escolas públicas da educação básica, das redes distrital, estadual e municipal contempladas pelo Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais da Secretaria de Educação Especial do Ministério Da Educação (SEESP/MEC), no período de 2005 a 2008, com matrículas de alunos público alvo da educação especial no ensino regular, serão disponibilizados, nos moldes e sob a égide da Resolução Nº 3, de 1º de abril de 2010, recursos de custeio e capital, por intermédio de suas Unidades Executoras Próprias (UEX), destinados à implementação de ações de acessibilidade, desde que as Entidades Executoras (EEx) às quais estejam vinculadas tenham aderido ao Plano de Metas "Compromisso Todos pela Educação" .(Redação dada pela Resolução nº 31, de 23 de novembro de 2010, do Conselho Deliberativo do FNDE)

Sendo destinado também à aquisição de mobiliários, equipamentos, material acessível, material didático e recursos de tecnologia assistiva. Nota-se que gerir esses recursos não foi uma tarefa fácil, pois as compras tinham que ser efetuadas de acordo com o plano inicial, foram exigidos três orçamentos e por se tratar de materiais para a acessibilidade houve uma grande dificuldade em encontrá-los na nossa cidade. As compras pela Internet foram inviabilizadas devido à exigência dos três orçamentos e a forma de pagamento, efetuada através de cheque, datado conforme a emissão da nota fiscal.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases(LDB-9394/96) em seu artigo 15, os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas da Educação Básica que os integram progressão graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeiras observadas as normas gerais de direito financeiro público. Essa autonomia ainda é restrita devido as exigências legais.

Atualmente, a “Escola Municipal Despertar do Saber” conta com a SRM bem equipada com recurso de tecnologia assistiva, computador, impressora, TV digital 42 polegadas, material didático, jogos variados, livros em Braille, calculadoras sonoras, lupa eletrônica, cadeira de rodas, carteira adaptada, máquina de escrever em Braille, bebedouro adaptado, jogos em Libras. A atual dificuldade é o espaço físico, com escadas e corredores estreitos, que dificultam a acessibilidade. Os banheiros também não estão adaptados para cadeirante. O acesso dos alunos e alunas com deficiência física usuários de cadeira de rodas, no espaço da escola é restrito. A escola não funciona em prédio próprio, ela está provisoriamente, em um prédio da prefeitura que não foi projetado para este fim.

Embora esteja contemplada na Resolução nº 10 de 13 de maio de 2010 (revogado pela Resolução nº 31, de 23 de novembro de 2010 do Conselho Deliberativo do FNDE) em seu artigo 2º as finalidades dos recursos destinados a promoção da acessibilidade e inclusão dos alunos como:

- I – Adequação arquitetônica ou estrutural de espaço físico reservado à instalação e funcionamento de salas de recursos multifuncionais;
- II – adequação de sanitários, alargamentos de portas e vias de acesso, construção de rampas, instalação e corrimão de sinalização tátil e visual;

O projeto arquitetônico da escola não favorece as adaptações necessárias. Na Escola Despertar do Saber quando recebe a matrícula do aluno de inclusão para o ensino regular, tem o cuidado de enturmá-lo com seus pares de idade conforme a legislação. A definição do professor que irá recebê-lo acontece após reunião com os professores do suposto ano em que ele se matriculou, juntamente com a professora de AEE, equipe diretiva e equipe pedagógica. No sentido de que apesar de serem profissionais da educação, alguns ainda não estão preparados e não desenvolveram o olhar para a inclusão.

No nível da sala de aula e das práticas de ensino, a mobilização do professor e/ou de uma equipe escolar em torno de uma mudança educacional como a inclusão não acontece de modo semelhante em todas as escolas. Mesmo havendo um Projeto Político Pedagógico que oriente as ações educativas da escola, há que existir uma entrega, uma disposição individual ou grupal de sua equipe de se expor a uma experiência educacional diferente das que estão habituados a viver. Para

que qualquer transformação ou mudança seja verdadeira, as pessoas têm que ser tocadas pela experiência. Precisam ser receptivas, disponíveis e abertas a vivê-la, baixando suas guardas, submetendo-se entregando-se à experiência. (ROPOLI, 2010, p. 14)

Este cuidado é para garantir o acolhimento desse aluno em todo espaço escolar, que se inicia na sala de aula mediante a disponibilidade do professor, que irá criar um clima acolhedor junto aos alunos. Diante disso é necessário reafirmar a esse professor que ele não está sozinho e que contará com todo o apoio da equipe da escola, visto que, este aluno é de responsabilidade de todos e não unicamente desse professor.

Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo. (Declaração de Salamanca, 1994).

Essa rede contínua de apoio, conta com a participação da família e da comunidade, a formação dos professores e a articulação intersetorial das políticas públicas, para a garantia do acesso dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no ensino regular. Nesse sentido é feito um ofício à SEMED - Secretaria Municipal de Educação - solicitando o cuidador que irá acompanhar este aluno na sala de aula e deverá junto com o professor de AEE criar estratégias para garantir a sua inserção na sala de aula.

O professor de AEE faz a anamnese do aluno, junto ao seu responsável e posteriormente avalia-o e elabora seu plano de atendimento onde define a forma de agrupá-lo. Essa avaliação é feita também por uma psicóloga e fisioterapeuta que compõe a equipe itinerante da Educação Inclusiva, coordenada pela SEMED. Esses profissionais ajudam a esclarecer as necessidades desses alunos e sugerem alternativas para o atendimento de acordo com as suas especificidades.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), tem como objetivo garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escola regular, orientando para a transversalidade da educação especial, o atendimento educacional especializado, a continuidade da escolarização, a formação de professores, a participação da família e da comunidade, a acessibilidade e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (SEESP/GAB/Nº11/2010)

Este agrupamento é definido de acordo com sua idade cronológica e mental e a sua deficiência, para possibilitar trabalhar atividades próximas, podendo ser em duplas, trios ou individual. Com relação ao deficiente intelectual - DI - as atividades trabalhadas na sala de AEE são muito próximas as da sala regular, o diferencial é a intervenção que é pontual, em que o professor cria estratégias cognitivas para favorecer a organização do pensamento.

Considerando que a família do aluno, da Educação Especial é o primeiro grupo social ao qual ele pertence, é imprescindível que se mantenha uma relação de confiança e de cooperação entre a escola e a família, no sentido de favorecer o desenvolvimento do aluno. Percebe-se que às vezes essa família apresenta uma necessidade de falar sobre suas angústias, dúvidas e medos. Chegam receosas em deixar seus filhos em uma escola regular, ainda que seja para o atendimento no AEE. Ao se posicionarem a respeito da inclusão deixam claro o sofrimento advindo dos preconceitos que vivenciam. Diante disso é preciso que essa família se sinta acolhida por toda equipe escolar. Na escola "Despertar do Saber" essa relação com a família acontece de forma muito tranquila.

A professora de AEE mantém a interface com os professores da sala regular onde o aluno está inserido, fazendo o acompanhamento do mesmo e intervindo quando preciso. Isto possibilita discutir as estratégias para enfrentamento dos desafios, além de compartilhar relatos de condições de aprendizagens, das situações da sala e discutir. Sendo assim a professora organiza um cronograma de atendimento, pois essa interface acontece com a visita da professora de AEE a escola regular.

Outro ponto relevante é a formação da professora que atua na sala de recurso - AEE. A mesma acontece na SEMED todas as segundas-feiras junto aos demais professoras das outras salas de recursos e equipe coordenadora da Educação Inclusiva. Durante o ano aconteceram outros cursos específicos: Braille, Libras, Autismo e outros. Importante ressaltar que a formação acontece no dia a dia com a prática do atendimento ao aluno. Os saberes são construídos à medida que as experiências se acumulam, propiciando transformações nas práticas anteriores.

2. A IMPORTÂNCIA DO PPP NA CONSOLIDAÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

O Projeto Político Pedagógico da escola é o instrumento que irá orientar e garantir a participação e o comprometimento de toda a comunidade escolar em especial dos professores na elaboração e execução do mesmo. Ressalta-se a necessidade do AEE ser parte integrante do PPP para que suas ações sejam implementadas na perspectiva da Educação Inclusiva de acordo com a política da Educação Especial. O gestor é o mediador de todo o processo para a implantação e efetivação do funcionamento da sala de recursos multifuncionais. Por isso deve criar estratégias para envolver toda a comunidade escolar e sensibilizá-los no sentido de que deixem de ser espectadores e passem ser sujeitos co responsáveis pela inclusão.

É a partir da vontade política de todo o coletivo da escola que a inclusão se efetiva. Sua concretização é perceptível através das mudanças internas que vão desde a organização espacial às práticas pedagógicas.

A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações nem espaços segregados de educação. (MANTOAN, 2006, p. 23)

Diante disso, o olhar dos educadores e gestores deixa de ser a deficiência do aluno e o foco se torna as possibilidades do seu desenvolvimento; criando estratégias e respeitando suas capacidades e rompendo as barreiras que o impedem de ter acesso ao que lhe é ensinado na sua turma comum garantindo-lhe a participação no processo escolar e na vida com suas possibilidades. O art. 10º da Resolução CNE/CEB nº 4 2009 determina que o Projeto Político Pedagógico da escola deve institucionalizar a oferta do AEE, prevendo na sua organização;

I - salas de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; II - matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola; III - cronograma de atendimento dos alunos; IV - plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; V - professores para o exercício da docência do AEE; VI - profissionais da educação: tradutores e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia intérprete e outros que atuem no apoio principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção; VII - redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE. (Resolução CNE/CEB nº 4 2009)

Diante disso, o PPP prevê o Atendimento Educacional Especializado no contra turno de escolarização do aluno. E a articulação entre o trabalho do professor de AEE e o professor de turma comum, visando uma efetiva parceria no processo de desenvolvimento do aluno. De acordo com este decreto o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola deve contemplar o Atendimento Educacional Especializado, otimizando este serviço. Para atender essa demanda é primordial que se trace as metas a serem alcançadas a partir dos objetivos, tendo como sujeitos envolvidos na elaboração os professores, especialistas, funcionários e gestores.

A função do Atendimento Educacional Especializado - AEE na perspectiva da Educação Inclusiva consiste em identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade eliminando barreiras e propiciando a participação dos alunos de maneira singular conforme necessidades específicas. Em conformidade com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da

Educação Inclusiva o professor de AEE desenvolve as suas atividades preferencialmente nas escolas comuns. Ele deve acompanhar a trajetória acadêmica de seus alunos, no ensino regular fazendo a articulação entre o atendimento especializado e a escola comum. Esta articulação tem como objetivo acompanhar e avaliar o desenvolvimento do aluno em outros espaços de sua vida social. Segundo Montoan (2006),

[...]quando entendermos que não é a universalidade da espécie que define um sujeito, mas suas peculiaridades, ligadas a sexo, etnia, origem, crenças tratar pessoas diferentemente pode enfatizar suas diferenças, assim como tratar igualmente os diferentes pode esconder as suas especificidades e excluí-los do mesmo modo; portanto ser gente é correr sempre o risco de ser diferente. (MONTTOAN, 2006, p.17)

Nesse sentido a escola deve considerar o conjunto dos alunos da Educação Especial em suas especificidades, tendo cautela na maneira de enturmá-los para o atendimento. É preciso atentar no sentido de que a mesma deficiência às vezes aponta para necessidades diferenciadas,

Para instaurar uma condição de igualdade nas escolas não se concebe que todos os alunos sejam iguais em tudo, como é o caso do modelo escolar mais reconhecido ainda hoje. Temos que considerar suas desigualdades naturais e sociais, e só estas últimas devem e podem ser eliminadas. (MONTTOAN, 2006. p. 18)

A priori deve-se fazer *anmnese* junto a família, o que dará acesso as informações sobre a história de vida desse aluno. Posteriormente o professor de AEE faz sua avaliação e em seguida elabora o Plano de Atendimento que define os objetivos específicos bem como as atividades a serem desenvolvidas na SRM. De acordo com as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial o Atendimento Educacional Especializado - AEE - deve ser realizado em salas de Recursos Multifuncionais - SRM - na própria escola ou em outra escola, próxima a residência, no turno inverso a escolarização do aluno.

Diante disso garante a duplicidade da matrícula, considerando que tal atendimento não é substitutivo às classes comuns. A organização dos atendimentos nas SRM é de responsabilidade do professor de AEE. A definição da frequência semanal e horários é de acordo com a necessidade do aluno, sua deficiência, outros atendimentos na sua rotina, bem como a disponibilidade que a família tem para levá-lo aos atendimentos na SRM. Como já foi dito anteriormente, o AEE oferece o atendimento ao aluno no contra-turno ao de sua escolaridade regular, na própria escola ou em outra unidade que tenha a SRM. No caso de deslocamento, o aluno e um responsável por ele recebem o transporte, ou seja, a família não tem despesas ao usufruir deste serviço.

A Escola Municipal “Despertar do Saber” é um pólo de atendimento que abrange onze unidades de ensino entre CMEIs - Centro Municipal de Educação Infantil - e Escolas, conforme divisão da SEMED. No entanto, apenas alguns alunos de seis destas unidades de ensino foram contemplados com o atendimento na SRM, pois a demanda é muito grande. O ideal é que cada aluno do AEE, tivesse no mínimo dois atendimentos semanais, o que não foi possível devido ao número de alunos público alvo deste atendimento. Assim sendo, a professora de AEE da E. M. “Despertar do Saber”, ofereceu dois atendimentos aos alunos com deficiência auditiva – DA, (o ideal para esta deficiência é o atendimento diário), a uma outra aluna com Transtorno Global do Desenvolvimento – TGD, (com Mutismo Seletivo), cujo caso merecia atenção especial, e a outros alunos com maior comprometimento.

A família das alunas com DA e TGD aceitaram os dois atendimentos, já a família do aluno com DA, bem como as demais, optaram por apenas um atendimento devido à outros compromissos. Cada atendimento tem a duração de uma hora, nele é executado o Plano de AEE, que é individual com o objetivo de eliminar as barreiras impostas pela deficiência, que é única em cada sujeito.

3. RELATO DE EXPERIÊNCIA – TRANSCRIÇÃO DA ATA

Patrícia nasceu a termo de parto cesariano, com 3,600k, chorou logo ao nascer. Não recebeu alta da maternidade junto com a mãe, permaneceu internada por quinze dias na UTI pediátrica, recebendo fototerapia. Fez transfusão de sangue por incompatibilidade sanguínea, RH negativo da mãe, teve icterícia grave com hipótese de intoxicação do Sistema Nervoso Central- SNC. Apresenta baixa auditiva. Frequentou Escola particular desde os dois anos. Atualmente com 5 anos, está matriculada na Educação Infantil em uma unidade educacional municipal em Divinópolis desde 2012. No âmbito escolar, apresenta dificuldade de reter conteúdos, está imatura em relação à sua faixa etária, demonstra desorganização de ideias e ações, demonstra insegura emocional, tem muita dificuldade em acatar regras, percebe-se que há falta de limite. Na área motora apresenta déficit no equilíbrio e posturas dinâmicas, bem como dificuldade na percepção corporal e na orientação espacial e temporal. Foram realizados alguns testes que apontam rebaixamento cognitivo, que deverá ser investigado, pois este resultado pode estar associado à perda auditiva. A aluna faz acompanhamento com otorrino, fonoaudióloga e psicóloga. Patrícia é atendida na SRM, da Escola Despertar do Saber, duas vezes por semana, com duração de uma hora cada atendimento, de março a julho. É atendida em dupla. A resistência em executar as atividades fazia parte da rotina nos primeiros atendimentos. As dificuldades motoras se evidenciavam, havia dificuldade no relacionamento interpessoal, a aluna queria comandar as atividades. Porém, na medida em que os atendimentos foram acontecendo, esse quadro foi se modificando. Aos poucos, a Patrícia se adaptava à rotina da SRM. É importante ressaltar o desempenho escolar da aluna na escola regular. No início do ano, Patrícia não realizava atividades físicas, seu relacionamento com colegas era bastante difícil, não apresentava interesse pelas atividades, de forma que sua aprendizagem estava comprometida. Nos atendimentos da SRM, foram trabalhadas com a criança, atividades de percepção e consciência corporal, atenção, memória, organização do pensamento e estruturação de frases, aquisição de conceitos e ampliação do vocabulário. A família também recebeu algumas orientações de como ajudar no desenvolvimento de Patrícia. A interface com a professora da aluna aconteceu de acordo com o cronograma. Nesta

interface professora de AEE e professora do ensino regular avaliam as ações em ambos os espaços e como a aluna responde a elas. Assim, podem traçar novas metas. A professora de AEE buscou informações com a equipe multidisciplinar, psicóloga e fonoaudióloga que acompanha Patrícia, elas ajudaram na definição dos objetivos do atendimento na SRM. Ao longo do semestre pode-se perceber grande avanço de Patrícia nas áreas: motora, afetiva, cognitiva e social. No início de agosto, aconteceu novamente a interface, qual foi a surpresa de todos! Em uma atividade na sala de aula percebeu-se que Patrícia está no nível silábico no processo de aquisição da leitura e escrita. Dessa forma o rebaixamento cognitivo apresentado anteriormente em teste, cai por terra. A resposta inadequada da aluna, nos teste foi devido à sua perda auditiva. Enfim, o desenvolvimento de Patrícia é fruto de uma ação conjunta de uma equipe interdisciplinar aliado as suas potencialidades. Percebe-se nesse contexto inclusivo, que os educandos que contam com maior empenho e comprometimento de seus familiares obtêm avanços consideráveis. O esclarecimento aos pais acerca das necessidades especiais do aluno, o maior envolvimento e incentivo, podem contribuir de maneira significativa para as propostas coletivas de formação de cidadãos plenos. Sendo assim, para melhor desempenho da SRM, necessita-se ampliar o quadro de docentes e gestores habilitados no sentidos de propor maior fluidez no trabalho junto aos educandos de inclusão. Uma vez que o número limitado de profissionais habilitados ocorrem uma série de contratempos; adoecimentos; férias e outros, o que inviabilizam e interferem na rotina de atendimento desses alunos.

O conhecimento sobre o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais não podem ser de domínio apenas de alguns "especialistas", e sim apropriados pelo maior número possível de profissionais da educação, idealmente por todos. (Mantoam, p.58)

Diante disso acredita-se que a democratização do AEE, nas SRM se efetivará com a ampliação do acesso à formação e capacitação dos profissionais para atuarem na educação inclusiva.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou a implantação das SRM, na rede de ensino municipal de Divinópolis – MG, na Escola Municipal Despertar do Saber em consonância com as políticas públicas de Educação Inclusiva. Numa visão de valorização das diferenças e na transformação da cultura de educação já consolidada socialmente. Esse modelo de educação garante a participação, o acesso à escola e a aprendizagem de todos os alunos, respeitando-se suas individualidades. No qual se faz necessário repensar tanto a organização pedagógica quanto a administrativa, nos espaços escolares.

É necessário estreitar os laços entre a família e a escola numa relação de confiança e cooperação, pois esse vínculo favorecerá o desenvolvimento da criança. Neste contexto, o Projeto Político Pedagógico – PPP é o instrumento que direcionará todo o trabalho, garantindo a participação e envolvimento de todos os professores, na sua elaboração e execução.

A educação especial deve estar contemplada no PPP, assegurando o Atendimento Educacional Especializado – AEE, nas Salas de Recursos Multifuncionais, como condição de acolher a todos nas escolas. Conforme direito assegurado à todos pela, lei máxima da nação, a Constituição Federal de 1988. No entanto, processo de inclusão escolar deve ir além da legislação, ele requer quebra de paradigma, esforço coletivo, ousadia e o exercício de valores éticos, que deve se assumido por toda a comunidade escolar, ainda que gradativamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Nº 7611, 2011. Disponível em: [http://www.ebc.com.br/decreto nº 6571 de 17 de setembro de 2008](http://www.ebc.com.br/decreto_nº_6571_de_17_de_setembro_de_2008) .

BRASIL. Decreto Nº 7611, 2011. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos** (org.) - São Paulo: Summus, 2006.

Manual de Orientação: **Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais** - Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial - 2010

A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar - **A escola Comum Inclusiva** - Brasília - 2010

Declaração de Salamanca - **Sobre os Princípios Políticos e Práticas na Área das Necessidades Educacionais Especiais -1994** acesso 14/09/201

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Resolução Nº 10. de 13 de maio de 2010

DIVINÓPOLIS. **Projeto Político Pedagógico da EM Despertar do Saber.** Divinópolis/MG, 2013

ANEXO – Projeto Político Pedagógico da EM Despertar do Saber



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
ESCOLA MUNICIPAL DESPERTAR O SABER

ANA LUISA GONTIJO
EMANUEL TEODORO RODRIGUES
JOÃO RENATO
MICHELLY APARECIDA ANDRADE

BELO HORIZONTE

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
ESCOLA MUNICIPAL DESPERTAR O SABER

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do (a) Professor (a) Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE

2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA.....	04
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	07
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	07
2.1.1 Alimentação Escolar	08
2.1.2 Funcionário com Especificação da Função, Estrutura Física e Recursos Financeiros.....	10
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	12
3. CURRÍCULO.....	16
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	19
5. PROCESSOS DE DECISÃO	22
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	25
7. AVALIAÇÃO	26
7.1 Avaliação de Desempenho dos Profissionais.....	28
7.2 Avaliação Institucional.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS	31
ANEXOS.....	34

INTRODUÇÃO

A LDB 9394/96, nos artigos 12, 13 e 14, estabelece que as unidades escolares brasileiras deverão desde elaborar seu Projeto Político Pedagógico, como também deverão possibilitar a participação dos professores e de toda comunidade escolar nessa construção. Pois,

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; [...]

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos; [...]

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL.LDB, nº 9394, 1996, art. 12, 13 e 14)

Com essa premissa, a legislação educacional brasileira, impõe rumos democráticos para a educação, realçando o papel dos educadores e da comunidade escolar como um todo, na construção de uma nova escola. Essa construção, deve então, levar em consideração a realidade local, deixando os saberes mais próximos dos sujeitos envolvidos no processo. Dourado corrobora com essa ideia, quando diz sobre o Projeto Político Pedagógico,

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola deve refletir a dinâmica da instituição. Nele devem ser explicitados os objetivos, anseios, desejos, ou seja, tudo aquilo que a escola pretende alcançar. Nesse sentido, o PPP constitui-se como caminho/busca de uma nova direção e de um novo sentido, mediatizado por forças internas e externas, visando atingir os objetivos esperados e englobando ações explícitas e intencionais para a compreensão da escola que temos e a construção da escola que queremos (DOURADO, 2006, s.d.)

A Escola Municipal Despertar o Saber localizada na região central de Divinópolis/MG, tem como um dos objetivos, consolidar a implantação do processo democrático para os seus 320 alunos. Ela atende a educação infantil, a educação básica e a Educação de Jovens e Adultos. Sua comunidade escolar é bem diversificada, e exige muito esforço para que o fazer democrático seja executado, Uma vez que são muitos pontos de vista diferentes, e todos precisam ter voz e voto nas decisões.

A construção do Projeto Político Pedagógico coletivamente, é um passo extraordinário para essa dinâmica democrática. Ela traz consigo um movimento envolvente e capaz de mobilizar os sujeitos em torno da educação de qualidade. Não é fácil, mas é necessário, e justamente por saber que a qualidade está na diversidade de idéias e opiniões, que a equipe da Escola Municipal Despertar o Saber optou em arregaçar as mangas e realizar essa empreitada, rumo a qualidade da educação local.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

Envolvida pela ordem pós industrial e pela lógica do mercado de trabalho, além de afetada pela intensa globalização junto aos quase onipresentes veículos de comunicação e informação, a instituição escolar se encontra em situação delicada e crucial. Encontra-se, sobretudo, num momento que demanda da própria escola relações mais estreitas com seu meio, do local ao mundial. Segundo KALOUSTIAN(2010.p.25) "Crianças, adolescentes, jovens e adultos vivem num mundo cheio de informações, o que reforça a necessidade de planejar as aulas com base em um conhecimento sobre o que eles já sabem e desejam saber."

Percebe-se que a escola tem sido desafiada constantemente a assumir a função de espaço criador de condições que possibilitem a socialização e a produção do saber entre educadores e educando. Sendo primordial repensar a prática pedagógica, considerando as novas respostas da escola para a realidade atual, ou seja é preciso

repensar processos, estratégias e a metodologia do fazer pedagógico, recuperando o papel que os professores assumem da tarefa de ensinar prevista no artigo 13, inciso III da LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) zelar pela aprendizagem dos alunos. A escola a partir dos docentes toma consciência de que para educar já não basta a mera e anterior transmissão de conhecimentos livrescos. Pelo contrário, passa a ter um papel de formadora de cidadãos.

De acordo com os PCNS (Parâmetros Curriculares Nacionais) 1997 a escola deve instrumentalizar crianças e adolescentes para o processo democrático e que deve construir um ambiente socializador que mediante o respeito às diferenças socioeconômicas e culturais e sua valorização contribuiu para o desenvolvimento da identidade pessoal. Para isso, a relação professor-aluno deixa de ser via de mão única, para construir uma relação de troca, qual os alunos também se tornam protagonistas da produção do saber.

Adquirem-se também consciência, disposições e sensibilidade que comandam relações e comportamentos sociais do sujeito e estruturam sua personalidade. (SANTOS E MOREIRA, 1995 .p .50)

Para além da sala de aula a escola busca criar vínculos com a comunidade e seu entorno. Para tanto, faz das circunstâncias locais, tanto culturais quanto socioeconômicas seu objeto de ensino como está no artigo 58 do ECA(Estatuto da Criança e do Adolescente)."No processo educacional respeita -se -ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescentes." Nesse sentido organiza eventos para atrair e criar intimidade com os sujeitos envolvidos despertando uma condição de pertencimento e partícipes de todo o processo escolar. Nesse contexto a escola tem como finalidade atender o disposto nas, Constituição Federal 1988,na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9394/96 e no Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, ministrando a Educação Infantil,o ensino fundamental e a Educação de Jovens e Adulto,observadas,em cada caso a legislação e as normas especificamente aplicáveis.

A educação,direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Art.205.Constituição Federal 1988).

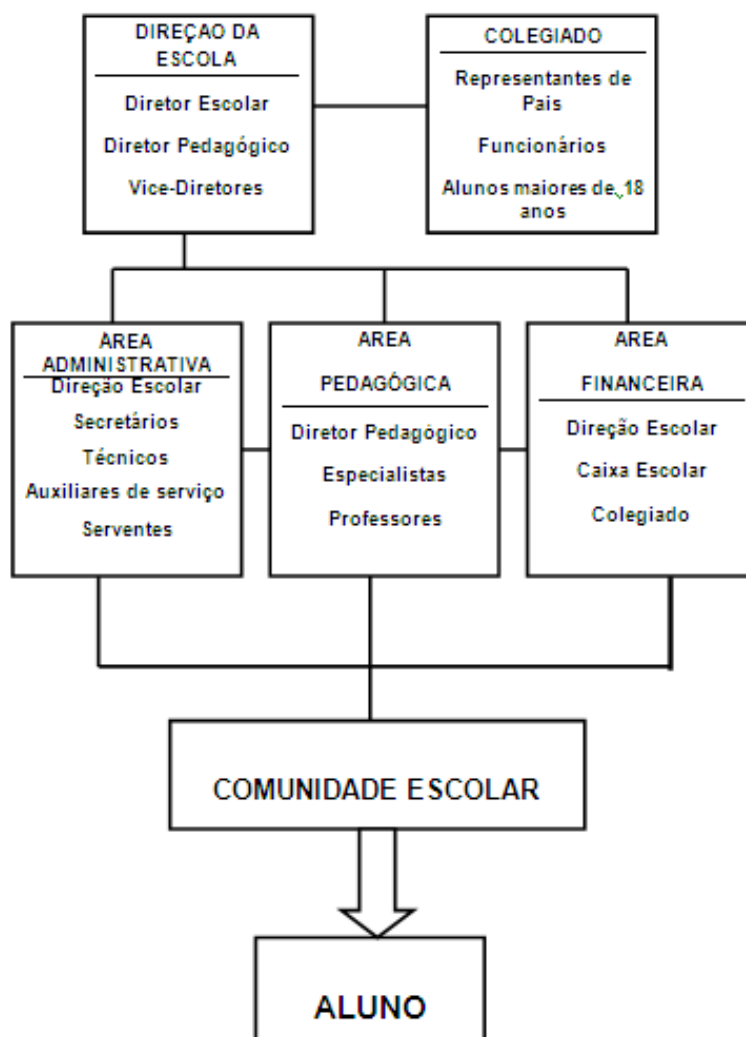
Esta escola tem como finalidade garantir o direito dos alunos ao conhecimento sistemático e desenvolvimento da cidadania oferecendo um aprendizado de qualidade para que desenvolva as capacidades que permitam a eles intervir na realidade para transformá-la.

Uma compreensão mais aprofundada da idéia de uma escola de qualidade não pode perder de vista o nível do espaço social,ou melhor,a dimensão sócio-econômica e cultural, uma vez que o ato educativo escolar se dá em um contexto de posições e disposições no espaço social (Dourado,2010.p.13)

2 . ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

“A estrutura e as características da instituição são aspectos que traduzem positiva ou negativamente a qualidade da aprendizagem [...]”.(DOC. FINAL MEC 05/27/2010). A estrutura da escola se divide em duas, estrutura organizacional administrativa e estrutura organizacional pedagógica. A primeira trata dos assuntos administrativos/funcionais da escola e a segunda, foca seu trabalho na administração das ações pedagógicas do espaço escolar. Ambas estão entrelaçadas, mas cada qual com suas especificidades.

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa



A escola é uma instituição que funciona a partir de duas estruturas que são imprescindíveis para um atendimento de qualidade. A estrutura administrativa e estrutura pedagógica. Entende-se por estrutura administrativa toda a sua organização incluindo a arquitetura do prédio, os recursos humanos, financeiros, espaço físico e todos os equipamentos e mobiliários pertencentes a ela. Nossa escola funciona em um prédio inadequado, pois não foi projetado para esse fim. Temos sete salas de aula consideravelmente pequenas onde em turnos diferenciados atendemos a educação infantil 1º e 2º período, os anos iniciais do ensino fundamental e a EJA - Educação de Jovens e Adultos, totalizando um total de 320 alunos.

O atendimento da escola se torna restrito, pois impossibilita mobiliar e equipar as salas adequadamente a cada nível de atendimento. Segundo texto "A qualidade da Educação: Conceitos e Definições, dentre algumas condições mínimas que impactam a oferta de ensino de qualidade estão: existência de salas de aulas compatíveis as atividades e a clientela; ambiente escolar adequado à realização de atividades de ensino, lazer e recreação, praticas desportivas e culturais, etc; equipamentos em quantidade, qualidade e condições de uso adequadas às atividades escolares; biblioteca com espaço físico apropriado para leitura, consulta ao acerto e outros; a garantia de condição de acessibilidade para portadores de necessidades especiais.

2.1.1 Alimentação Escolar

A alimentação escolar é fornecida pelo Governo Federal, complementada pela Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Educação, que mantém uma equipe especifica para gerenciar a mesma, composta por técnicos e nutricionista que tem como finalidade a elaboração dos cardápios balanceados, orientação e acompanhamento escolar em parceria com a direção das escolas. A escola segue as orientações repassadas, buscando oferecer uma alimentação de qualidade para todos os alunos, conforme legislação do FNDE,

Além disso é de responsabilidade da escola a educação alimentar e nutricional no processo de ensino aprendizagem, permeando o currículo escolar, abordando o

tema alimentação, nutrição e desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. A merenda é servida na sala de aula pelo professor regente, pois não temos refeitório. O recreio acontece em dois tempos, pois não disponibilizamos de espaço físico suficiente. Para ministrar as aulas de educação física fizemos parceria com os responsáveis por um espaço vizinho conhecido como "Parque Dr Sebastião", onde os alunos realizam suas atividades físicas duas vezes por semana, acompanhados do professor de educação física.

A psicomotricidade acontece todos os dias em espaços pequenos e horários alternado dificultando o uso de equipamentos específicos para tais atividades. Transformamos um pequeno auditório em uma biblioteca, que os alunos fazem empréstimos de livros e assistem a contação de histórias. Este mesmo espaço é utilizado como sala de vídeo, e eventuais apresentações artísticas, reunião junto aos funcionários, pais e alunos. O atendimento da sala de recurso já é uma realidade em nossa escola, que conta com equipamento didáticos e paradidáticos adquiridos com recurso do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) escola acessível.

A qualidade da educação é definida envolvendo a relação materiais e humanos, bem como, a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula, ou seja, os processos ensino aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação a aprendizagem da criança.(Boletim UNESCO 2003, p.12)

2.1.2 Funcionário com Especificação da Função, Estrutura Física e Recursos Financeiros

Diretor	01
Vice-Diretor	02
Diretor Pedagógico	01
Especialistas	02
Professores Regentes	18
Professor de Educação Física	02
Professores de Ensino Religioso	01
Professores Eventuais	02
Professores para AEE	01
Prof. c/ Laudo Médico (secretaria)	01
Professor de laudo na biblioteca	01
Técnico Escolar	03
Ajudante de Serviços Gerais I	01
Ajudante de Serviços Gerais II	06
Servente Escolar c/ Laudo Médico	01

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
Banheiro de Alunos	04	Bom
Banheiro de Funcionários	02	Bom
Cozinha	01	Bom
Dispensa	01	Bom
Laboratório de Informática	01	Inativo
(auditório)biblioteca/multimeios	01	Bom
Sala da direção	01	Bom
Sala de Aula	07	Razoável
Sala de Supervisão	01	Bom
Sala do AEE	01	Bom
Secretaria	01	Bom
EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE	
Caixa de Som	01	Bom
DVD	01	Bom
Máquina de Xerox	02	Bom
Máquina Fotográfica	01	Bom
Micro Sistem	07	Bom
Data Show	02	Bom
Microfone com fio	02	Bom
Microfone sem fio	01	Bom
TV	01	Bom
Computadores	12	Bom
Vídeo Cassete	01	Bom

É através dos recursos financeiros que a escola consegue manter a sua despesa e garantir um ensino de qualidade. Sabemos que todo processo demanda investimentos nos materiais didáticos pedagógicos, equipamentos para o bom funcionamento da secretaria e de todos espaços que compõem a escola. Neste sentido para a sua manutenção e bom funcionamento contamos com os recursos advindos do Governo Federal, Estadual e Municipal. O PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) vem um vez durante o ano letivo, seu repasse é calculado de acordo com o numero de alunos registrados no Censo Escolar.

Em nossa escola investimos anualmente 70% em capital e 30% em custeio. Este percentual foi discutido junto com colegiado, representantes do Caixa Escolar, alunos, pais e profissionais em assembléia e lavrado em ata.A aplicação da verba é feita após o levantamento das prioridades junto aos funcionários e comunidade escolar incluindo, professores, pais, alunos maiores que 16 anos. O fundo nacional de desenvolvimento da educação (FNDE) é depositado em três parcelas anuais e essa verba é destinada apenas á material de custeio e manutenção geral.

A educação também conta com o (FUNDEB) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação contudo, estes recursos ainda não são suficientes, neste sentido durante todo o ano letivo fazemos alguns eventos junto á comunidade para angariar fundos para investir em equipamentos e incrementar alguns projetos e atividades pedagógicas.é inegável que a escola bem equipada proporciona condições para o desenvolvimento adequado das atividades de ensino aprendizagem.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

Considera-se fundamental identificar as crenças e valores que nortearão o cumprimento das finalidades básicas desta instituição; uma vez que esses princípios constituem o ponto de partida para a proposta de trabalho a ser realizada, faz-se necessário analisar a atual conjuntura social, política e econômica da sociedade em

TURMAS	MATUTINO	VESPERTINO	Nº DE ALUNOS
--------	----------	------------	--------------

que vivemos, Segundo Freitas (2000):

No Brasil de hoje, a incivilidade cresceu demais, a pobreza cresceu demais, a imoralidade cresceu demais, as favelas cresceram demais, a violência cresceu demais, a riqueza concentrou-se demais, o desgoverno cresceu demais. Nesse mesmo cenário, acrescento, a população escolar cresceu demais e as autoridades competentes descuidaram-se demais das providências necessárias a garantir a todas as crianças e a todos os jovens um ensino de qualidade. (FREITAS, 2000, p.46)

A equipe de profissionais da escola hoje composta por 1 diretor administrativo, 1 diretor pedagógico, 2 vices-diretoras, 2 supervisoras, 1 auxiliar de secretária, 18 professores, 1 técnico escolar, 2 ajudantes de serviços gerais, 3 cuidadoras, 1 bibliotecária e 8 serventes escolares, acredita num trabalho pedagógico integrado, onde as ações sejam compartilhadas por todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Neste ano de 2013 a escola oferece no turno matutino Ed. Infantil de 4 anos, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental, no vespertino Educação Infantil de 5 anos, 1º ano do ensino fundamental, e no noturno 01 turma do 1º segmento e 03 turmas do 2º segmento do projeto EJA perfazendo um total de 13 turmas. Como mostra o quadro abaixo:

		Educação Infantil - 4 anos	01	01	37
Educação Básica		Educação Infantil - 5 anos	01	03	63
	Ens. Fundamental	1º Ano – 5/6 anos	-	02	40
		2º Ano – 7/8 anos	02	-	41
		3º Ano – 8/9 anos	03	-	47
		Total	07	06	228
EJA				NOTURNO	Nº DE ALUNOS
		1º segmento			17
		2º segmento			78
		Total			95

Para garantir o desenvolvimento de ações educativas que priorizem a criatividade, a experimentação e o senso de liberdade, duas vezes por semana acontece o encontro de duplas de professores do ensino fundamental com a diretora pedagógica e/ou supervisora para planejarem e discutirem sobre questões relativas ao desempenho dos alunos, neste momento os alunos estão tendo aulas especializadas com os professores de Educação Física e Ensino Religioso.”Especialistas, deverão, não só estar a par dos instrumentos e conteúdos que as disponibilizam, como exercer sua autoridade em bases críticas e reflexivas “(CURY,2010.p 9).

Quanto ao planejamento dos professores que trabalham com as turmas de Educação Infantil, a escola busca através de uma reorganização interna, propiciar um tempo de 50 minutos semanal para que as mesmas juntamente com a supervisora e diretora pedagógica possa planejar e avaliar a aprendizagem dos alunos. No projeto experimental EJA, professores, diretora pedagógica, vice – diretora, coordenadores do projeto e escola que trabalham o projeto se reuni as sextas –feiras para planejarem e trocarem experiências vividas no decorrer da semana.

A escola desenvolve suas ações educativas pautadas num processo de ensino-aprendizagem abrangente que envolva as áreas cognitiva, afetiva, social e

psicomotora, conta com a pedagogia de projetos, cada ano de escolaridade trabalha um tipo de projeto o mesmo e escolhido conforme a demanda, a necessidade, o interesse e curiosidade da faixa etária dos alunos.

A escola desenvolve também os seguintes projetos que atende toda a escola : Projeto "Minha Cidade Lê" que é uma proposta da rede municipal de ensino de Divinópolis, que tem como objetivo formar educando leitores. Projeto: Semana de valorização da cultura Afro-Brasileira, que conta com apresentação artísticas, visitas, vídeos etc... e finaliza com um concurso de desenhos, frases, poesia conforme a faixa etária. Projeto de musica e poesia com palco livre que desperta na nossas crianças os dom artístico, se socializem e fiquem menos inibidas. Projeto apoio pedagógico e mobilidade que tem como objetivo principal melhorar o desempenho dos nossos alunos, e atender as especificidades dos grupos de alunos na sala de aula acontece com a ajuda do eventual, o professor regente, supervisor e diretor pedagógico os mesmos analisa os resultados obtidos na avaliação diagnóstica e elaboram o PIP da turma que busca criar estratégias diferenciadas de trabalho visando um melhor compreensão das dificuldades apresentadas.

No final de cada projeto acontece a culminância do mesmo, oportunidade de trazermos as famílias para dentro da escola, pois sabemos que quando a escola e a família caminham juntas em busca de suas próprias responsabilidades, elas podem organizar-se para agir. Com isso, o desafio da escola passa a ser o de favorecer a confiança nos pais, para expressarem suas idéias, sentimentos e expectativas num diálogo aberto. Num espírito de colaboração mútua, responsabilidade e de disponibilidade, fundamenta-se a relação escola-família, fica claro na Constituição Federal de 1998 que :

205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL.CF, 1988, art. 205)

A equipe de profissionais da escola acredita que só através de incentivos e inovações conseguiremos uma escola de qualidade, procuraremos ampliar nossos conhecimentos pedagógicos dentro dos planejamentos coletivos semanais e nos dias escolares buscaremos também articulações com o CRPE, SEMED e outros, para uma melhor compreensão dos processos educativos, tendo como principal objetivo cumprir o que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96):

Art .22º. A educação básica tem por finalidades desenvolver educando,assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e estudos posteriores. (BRASIL.LDB, 1996, art. 22)

3. CURRÍCULO

De acordo com o senso comum currículo não diz respeito apenas a uma relação de conteúdos, não é neutro, não é estático e não deve se dar de forma fragmentada nem hierárquica, ele deve viabilizar uma maior interdisciplinaridade, contextualização e transdisciplinaridade assegurando a livre comunicação entre todas as áreas.

Currículo é uma construção social do conhecimento e tem a função de atender as necessidades e realidades a qual a escola está inserida, ele deve contribuir para o desenvolvimento integral do aluno construtor do seu próprio conhecimento, capaz de alcançar progressivos graus de autonomia frente às motivações de seu ambiente, devendo assim, ser respeitada sempre.

O processo de ensino/aprendizagem não tem como finalidade a transmissão de conteúdos prontos, mas, sim, a formação de sujeitos capazes de construir, de forma autônoma, seus sistemas de valores e, a partir deles, atuarem criticamente na realidade que os cerca. (MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa.2010. p. 123)

A escola desenvolve um trabalho pedagógico integrado onde as ações compartilhadas permitem a construção coletiva do conhecimento, e atendem a necessidade do aluno e realidade da comunidade a qual esta inserida,ela segue a grade curricular montada pela SEMED(Secretaria Municipal de Educação) no anexo B. A mesma atende os pré-requisitos da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 1996)

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (LDB 9394/96, art.26)

Os eixos norteadores do trabalho estão de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais. Na Educação Infantil o eixo de trabalho estão dividido em :

- Identidade e Autonomia
 - Movimento
 - Música
 - Artes Visuais
 - Linguagem Oral e Escrita
 - Natureza e Sociedade
 - Matemática
- No anos iniciais :
- Língua Portuguesa
 - Matemática
 - História
 - Geografia
 - Ciências
 - Artes
 - Literatura Infantil
 - Psicomotricidade
- Brasil PCNS (BRASIL. PARAMETROS CURRICULARES NACIONAL)

Na educação infantil e no 1º ano, o professor fará suas intervenções e desenvolverá os conteúdos observando o nível psicogenético que a criança e o grupo se encontram. Nos anos posteriores os professores ficarão atentos às questões do sistema da escrita fazendo suas intervenções e desenvolvendo os conteúdos observando as regras ortográficas.

No que diz respeito a divisão de turmas é feita de forma heterogênea, os alunos são enturmados com seus pares de idade e níveis proximais desenvolvimento e os que apresentam maiores defasagens recebem apoio do professor eventual que vai para sala junto do professor regente. Os alunos de inclusão são enturmados preferencialmente com seus pares de idade, tem uma ajudante que fica na sala juntamente com o professor regente, se necessário são atendidos na sala de atendimento educacional especializado da Escola com o objetivo de dar suporte p/ o bom desenvolvimento dos mesmos. “Os currículos pautados nos princípios de Freire

deveriam ter como eixo organizador as necessidades e as exigências da vida social, não as disciplinas tradicionais”. (MOREIRA, 2010, p.114)

Visto a importância de se discutir, pesquisar e planejar o currículo no aspecto escolar a rede municipal de ensino de Divinópolis iniciou este ano as reflexões sobre o mesmo, elas tem acontecido nas unidades de ensino no dias escolares e nos planejamentos semanais que acontece entre professores e equipe pedagógica nos momentos de aulas especializadas das crianças.

Na nossa escola as reflexões tem sido de grande valia, estamos buscando opinião das famílias através de questionário com o propósito de trazê-las para dentro da escola pois quanto discutimos currículo estamos falando da historia de vida de nossas crianças. À escola caberia o papel de criar espaços de experiências variadas, de dar oportunidades para a construção da autonomia e da produção de conhecimentos sobre a realidade. (DALBEN, 2000, p. 21).

A equipe de profissionais da escola tem o objetivo de fazer não só com que nosso currículo garanta o desenvolvimento de ações educativas que, envolva as áreas cognitiva, afetiva, social e psicomotora, mas que também ultrapasse a sala de aula e viabilize de maneira coerente e consciente práticas pedagógicas respeitando o interesse e necessidades dos alunos, comunidade e educadores para crescermos juntos em uma mesma direção, pois ao assumir essa função, colocamos como agente de mudanças, capaz de interferir de forma significativa na sociedade. Afirma,

A qualidade do ensino implica, então, o enfrentamento de um processo de mudanças que vai do processo de mudança que vai do processo de produção as mais elaboradas formas estéticas. Afinal, o conhecimento se torna componente mais e mais presente no mundo do trabalho, da comunicação, do lazer e das múltiplas outras realidades de uma sociedade que se mundializa. (CURY, 2010.p.10)

4. TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES

O Projeto Político Pedagógica desta instituição está comprometido com a educação de qualidade, portanto, faz-se necessário, pensar e organizar, da melhor maneira possível, o tempo e o espaço escolar, visto que ambos são de suma importância para um bom desenvolvimento escolar. O espaço físico da escola não é de boa qualidade, ela funciona em um prédio emprestado de dois andares os espaços existentes não são adequados, as salas são pequenas, possui escadas e corredores estreitos. Há uma carência de espaço para recreação, sala de professores, biblioteca, refeitório, etc...

Mas é preciso lembrar que a escola é, por natureza, a instituição do aluno e para o aluno. Com todas as suas limitações, é a instituição onde o aluno é sempre a parte principal, onde seu lugar é um direito constitucional. Dependendo de sua proposta, pode vir a ser o local primordial de vida das crianças, onde estas se auto-reconheçam e sejam reconhecidas, onde seus direitos e deveres sejam acordados e respeitados, onde sejam, efetivamente, as protagonistas do processo educacional.(CAVALIERE,2007, p.1031)

No primeiro andar funciona a secretária juntamente com a sala de direção, um auditório que foi reestruturado e transformado em sala de vídeo, biblioteca e também é utilizado para recreação este espaço é de fundamental importância para oferecer uma qualidade ao ensino, o prazer pelo mundo mágico da leitura e sobre tudo para trazer o conhecimento de forma prazerosa e eficiente a nossas crianças. Possui um parquinho com 4 balanços, 2 escorregadores e um gira-gira onde as crianças tem a oportunidade de trabalhar o corpo, e 3 salas de aula. As salas são pequenas, duas delas comportam 22 crianças e a outra 16 crianças, somente duas salas possui mobiliário para educação infantil, as mesmas dificultam um pouco a qualidade do trabalho prestado visto que as crianças necessitam de espaço para trabalhar o corpo, bem próximo das salas tem 2 banheiro que é utilizado pelas crianças.

No segundo andar funciona 4 salas de aula , duas que comportam 25 crianças e duas 17 crianças todas as salas com mobiliário de ensino fundamental sendo que duas atende educação infantil, dificultando bastante a rotina da educação infantil, possui um espaço externo que dá acesso a cozinha e a sala de supervisão/xerox este espaço é utilizado como sala dos professores. A cozinha atende as

necessidades da escola, possui uma dispensa onde são estocados os alimentos, na porta da cozinha tem um pequeno área que é utilizada para o uso do recreio, ao lado da cozinha fica a sala de AEE que atende aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, a sala é um ambiente dotado de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos adequado para atender as dificuldades específicas de cada criança.

Preocupados com o desenvolvimento e o bem estar das nossas crianças a equipe da escola está sempre se reorganizando para aproveitar da melhor maneira possível os poucos espaço dentro da escola e para garantir ações educativas que priorizam o senso de liberdade buscamos parceria e utilizamos espaços fora da escola. “Toda e qualquer escola sempre atua, ou pretende atuar, para além da instituição escolar, um grau de responsabilidade socializadora, principalmente para as crianças”. (CAVALIERE, 2007, p.1022). Bem próximo da escola fica o parque da ilha um espaço verde muito agradável com parquinho, quadra, pista de skate etc., apropriado para se trabalhar a psicomotricidade montamos um quadro de horário em que cada turma desfruta desse espaço duas vezes por semana por um período de 50 minutos.

A organização do tempo e do espaços escolar tem como objetivo coordenar e interagir no desenvolvimento do aluno e no ensino – aprendizagem do processo pedagógico. A aprendizagem acontecerá conforme a modalidade: Educação Infantil , Ensino Fundamental e Eja. Este ano de 2013 a escola está organizada da seguinte maneira, no turno matutino atende 2 turmas de educação infantil , 2 de segundo ano e 3 de terceiro ano, no vespertino atende 4 turmas de educação infantil e 2 de primeiro e no noturno atende o EJA.

Na Educação Infantil e nos três anos iniciais do Ensino Fundamental as atividades são organizadas dentro de uma carga horária anual de 833 horas e 20 minutos distribuídas em quarenta semanas, com uma carga horária diária de 4 horas e 30 minutos, incluindo o recreio, a escola segue o calendário escolar aprovado pela Secretaria Municipal da Educação que esta no anexo (A). A EJA está organizada em 02(dois) segmentos e tem a flexibilização do tempo escolar como principio para

garantir a inclusão. O 1º segmento terá a duração de no mínimo 01 ano e corresponderá aos anos iniciais do Ensino Fundamental. O 2º segmento terá a duração de no mínimo 02 anos e corresponderá aos anos finais do Ensino Fundamental.

A organização do tempo escolar em ciclos no Ensino Fundamental deve assegurar ao aluno a progressão continuada, considerando o seu desenvolvimento integral, ampliando o tempo de aprendizagem. Essa organização favorece o acompanhamento das diferenças individuais dos alunos, o trabalho coletivo do professor, a execução do currículo interdisciplinar e a avaliação com progressão continuada. A escola oferece também no turno da escolarização juntamente com o professor regente em sala de aula o apoio do professor eventual. Outra estratégia de atendimento diferenciado é a mobilidade que acontece semanalmente no horário de escolarização do aluno, as crianças são enturmadas por níveis próximos de aprendizagem.

Toda criança é capaz de aprender, se lhe forem oferecidas condições para tal; ou seja: respeito a seu ritmo de aprendizagem e a seu estilo cognitivo, bem como recursos para que interaja de modo profícuo com os conhecimentos (São Paulo (Estado), 1998d, p. 2)

O tempo escolar dos professores processa-se em forma de aulas, reuniões, planejamento, Conselho de Classe e Dias escolares. Cada professor do Ensino fundamental possui 04 horas / aulas semanais para planejar, atividades específicas para sua turma de acordo com os matrizes curriculares e com os projetos desenvolvidos, o planejamento é feito por duplas que estão trabalhando com o mesmo ano de escolaridade e é acompanhado pela supervisora e diretora pedagógica . Os conselhos de classe são realizados de acordo com a necessidade ou ao final de cada período avaliativo. Há também 09 dias escolares durante o ano que atendem às questões pedagógicas e administrativas dessa unidade de ensino.

Quanto ao tempo dos professores que trabalham com as turmas de Educação Infantil, a escola busca através de uma reorganização interna, propiciar um tempo para planejamento de 50 minutos semanal contando com o suporte do professor eventual, para que em duplas e juntamente com a supervisora e diretora pedagógica

elas possam planejar e avaliar a aprendizagem dos alunos. Os professores da EJA (Educação de Jovens e Adultos) se reúnem semanalmente com o grupo de professores de outras escolas que trabalham com EJA para planejamento, e trocar experiência conforma previsto no Projeto específico dessa modalidade. Acreditamos que através do planejamento estamos garantindo a formação continuada e refletindo sobre nossas necessidades, dúvidas, e anseios do processo de ensino-aprendizagem.

5. PROCESSO DE DECISÃO

A gestão democrática representa uma mudança de postura de um novo enfoque de organização das questões escolares, que passam a ser encaminhadas a partir dos princípios de autonomia, participação e responsabilidade compartilhada. (Gestão Em rede 06/2008 .p.8)

Partindo desses princípios a escola assume junto a comunidade uma postura de co-responsáveis participantes ativos em todas as instancias. O processo de decisão passa por ações colegiadas onde visa cumprir as metas estabelecidas nas áreas administrativas financeira e pedagógica. “Liderança em seu sentido democrático, não seja apenas uma coleção de indivíduos.” (CARMO,GONCALVES, 2001. p.40). Sendo assim, o Colegiado Escolar, o Caixa Escolar e Conselho de Classe fazem parte dos Órgãos Colegiados da escola e portanto prestam assessoramento técnico-pedagógico e administrativo às atividades da escola.

Em uma administração colegiada, a educação é tarefa de todos, família, governo e sociedade, para tanto é necessário o envolvimento de todos os sujeitos participantes do processo educacional, que devem entender e participar deste como um trabalho coletivo (CARMO,GONÇALVES,2001.p 31)

O Colegiado Escolar é um órgão representativo da comunidade e tem, respeitadas as normas legais vigentes, função deliberativa, consultiva, de monitoramento e avaliação nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira.

O Colegiado Escolar é presidido pelo Diretor Escolar e composto por representantes das seguintes categorias: Profissionais em exercício na escola, constituído de 02 segmentos: 3Professor de Educação Básica regente de turmas e de aulas. (três membros). Professor de Educação Básica exercendo outras funções, Especialista

em Educação Básica e demais servidores (dois membros). Comunidade atendida pela escola, constituída dos segmentos Aluno regularmente matriculado e freqüente do ensino fundamental com idade igual ou superior a 16 anos (dois membros) e Pais ou responsável por aluno menor de 16 anos regularmente matriculado e freqüente no ensino fundamental (dois membros).

Cada categoria é representada no Colegiado Escolar por 50% (cinquenta por cento) de seus membros. Os membros do colegiado, titulares e suplentes, são escolhidos pela comunidade escolar, para exercerem mandato de 2 (dois) anos, mediante processo de eleição. O colegiado Escolar da escola é composto por 16 membros, entre titulares e suplentes.

O grande desafio é garantir a presença efetiva dos membros do Colegiado e Caixa escolar em nossa escola. Ainda se restringe em convocação para reunião tendo como pauta a chegada da verba na escola, o levantamento das prioridades para aplicação e por fim a prestação de contas. “A participação consciente e responsável da comunidade escolar nos processos decisórios, em ações articuladas e conjuntas, é fundamental para que haja democracia ou tão apregoada gestão democrática na escola.” (GESTAO EM REDE-06/2008. p.9)

O Caixa Escolar é um órgão que tem como finalidade organizar e manter em ordem a escrituração contábil e financeira da escola, prestando informações sobre a execução orçamentária e a movimentação de contas financeiras, fazendo licitações e previsão de consumo. O Caixa Escolar é composto pela diretoria e conselho fiscal. As reuniões acontecem periodicamente e sempre que se faz necessário.

A democratização da gestão escolar implica a superação dos processos centralizados de decisão e pressupõe a gestão colegiada. Neste sentido o caixa escolar é de fundamental importância para o acompanhamento, monitoramento, da aplicação dos recursos recebidos pela escola. Sendo necessário avaliar as prioridades e investir naquilo que efetivamente melhora as condições de

aprendizagem. A Comissão de Acompanhamento do Calendário Escolar tem como função acompanhar diretamente o cumprimento do calendário escolar, bem como a carga horária do aluno. Esta comissão é formada pelo Diretor Escolar, um funcionário e um responsável pelo aluno.

A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver. (BRASIL.LDB, Nº 9394, 1996, art. 24)

Ao elaborar o calendário anual a comissão de acompanhamento reconhece que a escola é um espaço de direito e que tem como foco o aluno devendo preservar e garantir o ensino aprendizagem se houver eventual mudança no calendário deve ser comunicado á SEMED (Secretaria Municipal de Educação) via ofício com antecedência de quinze dias para á sua aprovação.

Gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. (SOUZA, 2010, p.1)

O Conselho de Classe é formado pelo diretor, diretor pedagógico, especialistas e professores. Seu objetivo é levar toda a equipe envolvida com o ensino aprendizagem a compreender como as questões sociais, afetivas e cognitivas afetam a aprendizagem dos alunos e diante disso propor caminhos e estratégias que possam contribuir com essa aprendizagem. O Conselho se reuniu após o diagnóstico inicial no sentido de avaliar e analisar o nível em que este aluno se encontra para definir a informação. Ao final de cada bimestre o conselho analisa não só a aprendizagem do aluno, mas também os recursos pedagógicos, os conteúdos, a metodologia, possibilitando a reavaliação da pratica pedagógica. Ao final do ano letivo a reunião do conselho acontece tendo em pauta a retenção ou aprovação dos alunos. Todos os encaminhamentos e decisões do Conselho de Classe são comunicados aos pais ou responsáveis durante a reunião com o professor regente.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

[...] o poder não se situa em níveis hierárquicos, mas nas diferentes esferas de responsabilidade, garantindo relações interpessoais entre sujeitos iguais e ao mesmo tempo diferentes. Essa diferença dos sujeitos, no entanto, não significa que um seja mais que o outro, ou pior ou melhor, mais ou menos importante, nem concebe espaços para a dominação e a subserviência, pois estas são atitudes que negam radicalmente a cidadania. As relações de poder não se realizam na particularidade, mas na intersubjetividade da comunicação entre os atores sociais. Nesse sentido, o poder decisório necessita ser desenvolvido com base em colegiados consultivos e deliberativos. (BORDIGNON E GRACINDO, 2002, p. 151-152).

Fundamentada em uma gestão democrática e compartilhada a escola se organiza a partir de três eixos que tem como objetivo garantir um ensino/aprendizagem de qualidade. São eles; a gestão pedagógica focalizada no ensino/aprendizagem, os recursos humanos que lidam com toda a comunidade escolar e administrativa, e ainda a parte física e burocrática da escola. Diante disso a direção da escola tem como princípio o respeito, a responsabilidade, o compromisso, a solidariedade, e acima de tudo a ética. Intenciona e articula uma relação onde conta com a contribuição de todos os envolvidos no ambiente de cooperação e respeito mútuo.

Segundo Ferreira, "Participar significa estar inserido nos processos sociais de forma efetiva e coletiva, opinando e decidindo sobre planejamento e execução". Ferreira(1999, p.11).Colocamos como meta a mediação dos conflitos através do diálogo, da negociação e da descentralização do poder. Para que haja um efetivo compromisso com a escola em todos os aspectos aos iniciar o ano letivo elaboramos junto com todo o corpo docente e funcionários as regras de boa convivência. Este processo é feito através de uma assembléia geral e registrado em ata. Com relação aos alunos além das regras gerais que diz respeito aos aspectos físicos e humanos tais como: uso do uniforme, horário de entrada e saída, rotina diária, conservação da escola, é construído com os professores e a equipe pedagógica os combinados da sala de aula. Propiciando um exercício de cidadania onde contempla o respeito, a solidariedade, a justiça e a tolerância.

Os jogos também contribuem com a interiorização das regras, pois proporcionam oportunidades de elaboração, observação, execução e avaliação. Esta avaliação é

feita através de registros e de uma roda de conversa. O Regimento Escolar é um documento que explicita o que é de direito, dever e as atribuições de todos os sujeitos envolvidos no âmbito escolar. Objetiva a elaboração de uma proposta para o bom desenvolvimento interno da escola e a articulação com a comunidade escolar. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (Art. 15 - LDB - 9394/96)

A prática pedagógica, por sua vez, é configurada como um trabalho coletivo da instituição, fruto de seu projeto pedagógico, o que implica em todos os professores responsáveis pela formação do pedagogo deverão participar em diferentes níveis, da formação teórico-prática de seu aluno. (SOUZA, 201.p.234).

Nesse sentido para assegurar um ensino de qualidade é necessário investir na formação continuada dos professores. Essa formação acontece em parceria com empresas privadas e através do CRPE - Centro de Referência dos Profissionais da Educação - Setor interno da SEMED - Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis. Os cursos acontecem em horários alternados. Quando o curso acontece durante o expediente a escola se organiza para favorecer a participação do profissional, tendo em vista a sua qualificação. Este ano os professores do 1º ao 3º do ensino fundamental, estão participando de um curso de formação continuada através do Governo Federal PNAIC (Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa), com encontros quinzenais, e atividades não presenciais. Percebe-se que este curso já está tendo retorno positivo com relação à mudança da postura do professor.

7. AVALIAÇÃO

Avaliação segundo enciclopédia online é uma tarefa didática necessária e permanente no trabalho do professor, ela deve acompanhar todos os passos do processo de ensino e aprendizagem. É através dela que vão sendo comparados os resultados obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos. “Avaliar os alunos é conhecer o que eles sabem, quanto sabem e o quanto

distante ou perto estão dos objetivos educacionais que lhe foram proposto.” (SOUZA, 2005, p.17-22)

O artigo 31, da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 fala que a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. Portanto, a avaliação é vista nesta escola como um processo permanente e contínuo, ela acontece em todos os momentos do trabalho pedagógico, é amplamente divulgado para os pais ou responsáveis, nas reuniões de pais e mestres que são realizadas bimestralmente.

Na Educação Infantil, a avaliação é realizada por meio de estratégias variadas, definidas pelo professor e pela equipe pedagógica, o registro final se dar por meio de uma ficha avaliativa que contempla os aspectos do desenvolvimento humano e por um relatório descritivo que é feitos no diário de classe.

No ensino fundamental é entendida como fonte principal de informação e referência para a formulação de práticas educativas que possibilitem a formação global do aluno do 1º ao 3º ano. O acompanhamento da avaliação diária do aluno é feita através atividades escritas e orais de trabalho individual ou em grupo, de pesquisa, auto-avaliação, provas e outros para o registro final do desempenho do aluno a escola utiliza um relatório no diário de classe e um boletim escolar, onde são apresentados os conceitos : A – Alcançou com êxito os objetivos de estudo; B – Alcançou satisfatoriamente os objetivos de estudo; C – Alcançou parcialmente os objetivos de estudo

Quanto às avaliações externas, é importante ressaltar que a equipe pedagógica da escola está consciente que tem uma meta a alcançar no que se refere à obtenção de um melhor resultado nas próximas avaliações do SIMAVE / PROALFA (aplicada nos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental) durante os anos de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013. Para tanto, estamos investindo nos estudos dos cadernos Matrizes Curriculares bem como na formação continuada dos profissionais, na seleção de algumas competências e habilidades em leitura e escrita que não estão sendo suficientemente enfatizadas na escola, nas alternativas pedagógicas; além da reflexão constante da prática educativa.

No que se refere à avaliação do Projeto Experimental da Educação de Jovens e Adultos, esta deve ser entendida como um processo de formação contínuo, coletivo, sistemático e flexível, o processo de verificação do ensino-aprendizagem no Projeto se dá por meio dos seguintes instrumentos integrantes de uma Pasta de Avaliação Individual: avaliações diagnósticas; avaliações qualitativas das produções do educando: textos, pesquisas, trabalhos individuais e coletivos, além das observações dos professores; avaliação coletiva dos envolvidos no Projeto; auto-avaliação; ficha descritiva individual. Avaliação contribui, portanto, para ajudar a alcançar os objetivos do trabalho pedagógico, e não apenas para verificar se eles foram ou não alcançados.

A avaliação compreende a descrição, a interpretação e o julgamento das ações desenvolvidas, resultando na definição de prioridades a serem implementadas e rumos a serem seguidos, tendo como referências os princípios e as finalidades estabelecidas no Projeto da Escola, ao mesmo tempo em que subsidia a sua própria redefinição (SOUZA, 1995, p.63).

Assim, a avaliação deve ser um processo que tem como objetivo a reflexão dos movimentos educativos efetuados. O educando avalia a si próprio e a experiência pedagógica vivenciada. Os professores, através do processo de avaliação, refletem sobre a sua própria prática pedagógica. Nesse processo, todo o coletivo da unidade escolar avalia o projeto pedagógico. “Assim, a responsabilidade pela aprendizagem escolar dos estudantes é igualmente dividida entre esses componentes: gestores, professores, estudantes, educadores não-docentes e pais”.(NAVARRO, 2004, p.1)

7.1 Avaliação de Desempenho dos Profissionais

A avaliação dos profissionais da Educação acontece a cada três anos como previsto no PCCS (1995), Plano de Cargos, Carreira e Salários com um acréscimo de 5%(cinco por cento) em seu salário base).

Para a efetivação desta avaliação é formada uma comissão composta pelo diretor, vice-diretor e mais dois funcionários efetivos que trabalhem no mesmo turno. O profissional primeiro faz a sua auto avaliação e posteriormente a comissão o avalia tendo como tópicos, a assiduidade, a pontualidade, responsabilidade, cooperação, iniciativa.

Para os funcionários que estão no período probatório a avaliação acontece ao final de cada ano completo de exercício, seguindo os mesmos itens avaliados dos demais. Por ser um espaço dinâmico que lida com seres humanos sujeitos em formação e propício de erros, algumas vezes se faz necessário uma avaliação interna. esta avaliação acontece com a participação do diretor, equipe pedagógica e do funcionário em questão. Visa oportunizar uma mudança de postura nas relações interpessoais e na sua conduta. Diante de algum conflito há uma conversa informal e havendo incidência, registra-se em ata.

O desafio a ser enfrentado é difundir a possibilidade de transformação da cultura avaliativa dominante, que se pauta pelo individualismo e competição, com vistas à construção de processo e relações de trabalho que se pautem pela abertura, cooperação e confiança. (SANDRA, 1999,p.6).

7.2 Avaliação Institucional

A avaliação deve ser vista como parte intrínseca de um processo dinâmico de construção permanente. Neste sentido ao final de cada semestre a escola promove uma avaliação sistemática com a participação de todos os funcionários.

A avaliação institucional dá um grande suporte à gestão da escola, na realidade ela é parte do processo de gestão da escola, mas não apenas uma ferramenta a serviço de levantar dados para planejamento e monitoramento das ações escolares. (SOUZA,2005, p. 3)

A equipe diretiva e pedagógica elabora um questionário onde contempla os itens pertinentes a organização geral da escola tanto pedagógica, quanto administrativa. A partir daí faz-se um compilado das decisões e em seguida os encaminhamentos para possíveis mudanças. Esta avaliação analisa os avanços obtidos (com ênfase no processo ensino-aprendizagem) e as metas que já foram alcançadas contribui

para o redimensionamento do projeto da escola em busca de novos caminhos, investindo em mudanças significativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A construção do PPP requer o envolvimento e o comprometimento de toda comunidade escolar: professores, equipe técnica, alunos, pais e a comunidade como um todo. E é justamente aí que está o gargalo mais estreito para a construção desse documento, pois, promover a participação de todos não é tarefa fácil. Para lograr êxito, torna-se necessário articular estratégias de envolvimento que alcancem o maior número de pessoas possível. A prioridade é a presença física nas reuniões, mas na impossibilidade de comparecimento, a escola deve possibilitar, inclusive a participação por meio de questionários, caixa de sugestões e outros mecanismos não presenciais de participação.

[...] a construção do projeto político-pedagógico é um instrumento de luta, é uma forma de contrapor-se à fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotinização, à dependência e aos efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos da administração central. (VEIGA, 1998. p.6)

Mas o esforço vale a pena, pois, os ganhos começam com o processo de construção. As discussões, os embates de ideias. A apresentação da visão do outro, os *feedbacks*, em fim, toda a movimentação democrática, fortalece e muito o coletivo escolar. As pessoas envolvidas no processo começam a entender as funções, dificuldades e avanços de umas das outras, com isso, o reconhecimento e as parcerias ganham mais força. A realidade escolar começa a aparecer de maneira clara e sem rodeios, e as ferramentas democráticas se fazem necessárias na hora de por em prática a dinâmica da igualdade de voz e voto, todos tem direitos iguais.

Muito ainda precisa ser conquistado, o caminho é longo, com muitas curvas e cheio de surpresas, mas o mais importante é saber que a escola escolheu o caminho

certo. A discussão coletiva e o esforço para alcançá-la, vai além de pensar soluções para os problemas da unidade escolar, ela é um *modus operandi* didático, em que os sujeitos aprendem o processo através do próprio processo. A escola ganha, os alunos ganham os funcionários ganham, e a comunidade escolar coloca sua marca na construção da sua escola. Não é fácil mas é um movimento necessário, todos estão aprendendo muito nesse processo.

REFERÊNCIAS

BORDIGNON, Genuíno e GRACIANDO, Regina Vinhaes. Gestão da Educação:município e escola.IN:FERREIRA, N.S e AGUIAR, M.A (Orgs.) **Gestão da Educação: impasse, perspectivas e compromisso.**São Paulo: Cortez, 2001.
DAVIES, Nicholas. **O FUNDEF e o orçamento da educação:desvendando a caixa preta.**Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública.** Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>. Acesso em 19/08/13.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1998. Disponível e www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 21/08/13.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito á Educação : Um campo de atuação do gestor educacional na escola.** 2010. Disponível em escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/ - Acesso em 21/08/13.

DOURADO, Luis Fernandes (org); Oliveira, João Ferreira, SANTOS, Catarina Almeida.**Brasil: MEC/INEP. A qualidade da educação: Conceitos e definições. 2010.** . Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg- Acesso 20/08/13

DOURADO, Luiz Fernandes. **Conselho Escolar e o financiamento da educação**

no Brasil. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos conselhos escolares. Brasília, 2006.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Avaliação institucional:** elementos para discussão. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 23/08/13.

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPED- Acesso 21/08/13.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão.** Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/>. Acesso em 19/08/13.

KALOUSTIAN , Sílvia (org); MASAGÃO, Vera. **Indicadores da qualidade na educação – Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica** –Brasília: Instituto Nacional de estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60p

_Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Propostas curriculares alternativas: limites e avanços - 2010.** Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 27/08/13.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação: o processo e o produto - 2010.** Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 18/08/2013.

BRASIL. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS.** Disponível em: portal.mec.gov.br- Acesso em 20/08/13.

DIVINÓPOLIS. Proposta Pedagógica. Escola Despertar O Saber. **2013**, Divinópolis/MG.

Revista Gestão em Rede. (Junho 2008-nº86. p.8 e 9)

Revista Nova Escola nº16 –Ano 10/11/2011

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Avaliação institucional**:. A avaliação da escola como instituição – 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 21/08/13.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. 2010**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. 2004. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em 23/08/13.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro da. Projeto **político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1998

ANEXOS
ANEXO A

[illegible]

ANEXO B

PLANO CURRICULAR - 2013					
Projeto Experimental Educação de Jovens e Adultos - EJA					
Escola Municipal Professor Darcy Ribeiro					
Endereço: Rua Lincoln Machado, 59 - Centro - Cep: 35500-089					
Município - Divinópolis/MG					
Indicadores Fixos		1º Segmento	2º Segmento		
Dias Letivos Anuais		160	320		
Semanas Letivas Anuais		40	80		
Módulo Aula		1h 30min	1h 30min		
Dias Semanais		04	04		
Carga Horária Presencial		533:20	1066:40		
Carga Horária Não Presencial		336:40	533:20		
Recreio Diário		20min	20min		
Duração do Turno		3h 20min	3h 20min		
Carga Horária Total		870:00	1600:00		
Base Nacional Comum	Conteúdos Curriculares	1º Segmento		2º Segmento	
		CHA Presencial	CHA N. Presencial	CHA Presencial	CHA N. Presencial
	Língua Portuguesa - Artes	180:00	336:40	300:00	533:20
	Ciências Matemática	180:00		360:00	
	Geografia História	173:20		346:40	
	Total	533:20		1066:40	
Base Diferenciada	Língua Estrangeira Moderna: Inglês	-	336:40	60:00	533:20
	Total	533:20		1066:40	

Observações:

- 1- A História e a Cultura Afro-Brasileira e Indígena será integrada à História e Geografia - (Lei Federal nº 11645/2008).
- 2- Os Estudos sobre Direitos Humanos permeiarão todos os conteúdos curriculares (Lei Estadual nº 12767/1998).
- 3- A Educação Ambiental permeiará todos os conteúdos curriculares (Lei Federal nº 9795/1999).
- 4- A Educação Fiscal permeiará todos os conteúdos curriculares (Lei Municipal nº 6526/2007).

Divinópolis, 28 de dezembro de 2012

DIRETOR(A) ESCOLAR

DINÂMICA ESCOLAR

PLANO CURRICULAR - 2013							
ENSINO FUNDAMENTAL							
Escola Municipal:				Escola Municipal Professor Darcy Ribeiro			
Endereço:				Rua Lincoln Machado, nº 59 - Centro			
Município:				Divinópolis/MG			
Dias Letivos Anuais: 200				Carga Horária Anual: 833h e 20 min			
Semanas Letivas Anuais: 40				Duração do Turno: 04h e 30 min			
Módulo Aula: 50 minutos				Recreio diário: 20 min			
Dias Semanais: 05							
Áreas de Conhecimento		ANOS INICIAIS					
		Ciclo da Alfabetização					
		1º Ano		2º Ano		3º Ano	
		AS	CH	AS	CH	AS	CH
Base Nacional Comum	Língua Portuguesa	06	200 h	06	200 h	06	200 h
	Matemática	05	166h40min	05	166h40min	05	166h40min
	Geografia	03	100h	03	100h	03	100h
	História	03	100h	03	100h	03	100h
	Ciências	02	66h40min	02	66h40min	02	66h40min
	Educação Física	02	66h40min	02	66h40min	02	66h40min
	Arte	01	33h20min	01	33h20min	01	33h20min
	Ensino Religioso	01	33h20min	01	33h20min	01	33h20min
	Psicomotricidade	01	33h20min	01	33h20min	01	33h20min
	Literatura Infantil	01	33h20min	01	33h20min	01	33h20min
Base Diferenciada							
Total		25	833h20min	25	833h20min	25	833h20min

Observações:

- 1 - Os Estudos sobre Direitos Humanos permeiarão todas as Áreas de Conhecimento (Lei Estadual nº 12767/1998).
- 2 - A Educação Ambiental permeiará todas as Áreas de Conhecimento (Lei Federal nº 9795/1999).
- 3 - A Educação Fiscal permeiará todas as Áreas de Conhecimento (Lei Municipal nº 6526/2007).
- 4 - A História e a Cultura Afro-Brasileira e Indígena será integrada à História e Geografia (Lei Federal nº 11645/2008).

Divinópolis, 28 de dezembro de 2012

DIRETOR (A) ESCOLA

DINÂMICA ESCOLAR

PLANO CURRICULAR - 2013							
EDUCAÇÃO INFANTIL							
Escola Municipal : Escola Municipal "Professor Darcy Ribeiro							
Endereço: Rua Lincoln Machado, nº 59 - Centro							
Município - Divinópolis/MG							
Eixos de Trabalho		1º Período			2º Período		
		AS	MA	CHA	AS	MA	CHA
Formação Pessoal e Social/Conhecimento de Mundo	Identidade e Autonomia	2	80	66 h 40 min	2	80	66 h 40 min
	Movimento	3	120	100 h	3	120	100 h
	Música	3	120	100 h	3	120	100 h
	Artes Visuais	2	80	66 h 40 min	2	80	66 h 40 min
	Linguagem Oral e Escrita	6	240	200 h	6	240	200 h
	Natureza e Sociedade	3	120	100 h	3	120	100 h
	Matemática	6	240	200 h	6	240	200 h
	TOTAL	25	1000	833 h 20 min	25	1000	833 h 20 min
	Recreio	-	-	66 h 40 min	-	-	66 h 40 min

Legenda: AS: Aulas Semanais / MA: Módulos Anuais / CHA: Carga Horária Anual

A Educação Ambiental será integrada ao eixo de Trabalho Natureza e Sociedade (Lei nº 9795/99).
A Educação Fiscal permeará todos os eixos de trabalho. (Lei Municipal nº 6526/2007)

Divinópolis, 28 de dezembro de 2012

DIRETOR(A) DA ESCOLA

DINÂMICA ESCOLAR

INDICADORES FIXOS

Dias Letivos Anuais:	200
Semanas Letivas Anuais:	40
Carga Horária Anual:	833 h 20 min
Duração do Turno:	4 h 30 min
Duração do Recreio:	20 min
Módulo Aula:	50 min